



DOIS MUNDOS, DUAS LINGUAGENS: OS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO SOCIAL E A DIVERSIDADE DE CONHECIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

TWO WORLDS, TWO LANGUAGES: PROCESSES OF SOCIAL MEDIATION AND KNOWLEDGE DIVERSITY IN THE CONSTRUCTION OF PROJECTS FOR RURAL DEVELOPMENT

DOS MUNDOS, DOS LENGUAJES: LOS PROCESOS DE MEDIACIÓN SOCIAL Y LA DIVERSIDAD DE CONOCIMIENTOS EN LA CONSTRUCCIÓN DE PROYECTOS PARA EL DESARROLLO RURAL

Monique Medeiros¹
Flávia Charão Marques²

RESUMO:

Diante da construção de padrões de desenvolvimento rural, projetos intencionais ou planos e programas são colocados em prática por determinados atores sociais responsáveis pela mediação entre o conhecimento local e o conhecimento técnico-científico. A formação desses atores tem se organizado em grande parte, articulada a uma realocação de princípios políticos e morais, o que faz com que o termo mediação perca a alusão a processos dialético-sociais, para ressaltar aspectos mecanicistas. Dessa maneira, há esforços em refletir sobre as transformações sociais entre os agricultores familiares e sobre propostas para uma nova agricultura, menos subordinada ao mercado e menos dependente de pacotes tecnológicos. Isso pressupõe mudanças em modos de pensar dos pesquisadores, das organizações de fomento ao desenvolvimento e dos agricultores. À luz de um debate teórico recente, esse artigo apresenta algumas incongruências e congruências identificadas no processo de mediação que envolve técnicos e agricultores, colocando a possibilidade da análise de situações de interface como caminho para evitar simplificações na compreensão do processo.

¹Mestre pelo Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Agronomia pela Universidade Estadual Paulista 'Julio de Mesquita Filho. Extensionista Rural como Engenheira Agrônoma da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER/RS. E-mail: mmedeiros@ymail.com

²Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com estágio doutoral junto ao *Rural Sociology Group, Wageningen University* (Holanda). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS junto à Faculdade de Agronomia e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Junto ao mesmo programa, durante o ano de 2010, desenvolveu projeto de pós-doutorado com apoio do Programa Nacional de Pós Doutorado da CAPES. E-mail: flavia.marques@ufrgs.br



Palavras-chave: Mediação social. Conhecimento local. Conhecimento técnico-científico. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT:

In face of construction of rural development patterns, intentional projects, plans and programs are put into practice by certain social actors responsible for mediating between the local and technical-scientific knowledge. The formation of these actors has been organized linked to a reallocation of political and moral principles, which make the term mediation miss the allusion to dialectical social processes; it highlights mechanistic aspects instead. Thus, there are efforts in thinking about social change among farmers and about proposals for an alternative agriculture, less subordinated to the market and less dependent on technological packages. This requires changes in way of thinking of the researchers, development agencies and farmers. In light of a recent theoretical debate, this article presents some consistencies and inconsistencies identified in social mediation process involving farmers and technicians, showing the possibility of analyzing interface situations as a way to avoid simplifications in understanding the process.

Keywords: Social mediation. Local knowledge. Technical-scientific knowledge. Rural development.

RESUMEN:

Ante la construcción de estándares para el desarrollo rural, proyectos intencionales o planes y programas son puestos en marcha por ciertos actores sociales responsables por la mediación entre el conocimiento local y el conocimiento técnico-científico. La formación de esos actores ha sido organizada en gran parte vinculada a un reemplazamiento de principios políticos y morales, lo que hace con que el término mediación pierda su alusión a la dialéctica de los procesos sociales, para resaltar aspectos mecanicistas. Por lo tanto, el esfuerzo es pensar sobre las transformaciones sociales que ocurren entre los agricultores y sobre las propuestas para una nueva agricultura, que esté menos subordinada al mercado y menos dependiente de paquetes tecnológicos. Eso requiere cambios en las formas de pensar de los investigadores, de las organizaciones que promueven el desarrollo y de los agricultores. Bajo un debate teórico reciente, este artículo presenta algunas consistencias e inconsistencias identificadas en el proceso de mediación social que involucra agricultores y técnicos, situando la posibilidad de analizar situaciones de interfaz como una manera de evitar simplificaciones en la comprensión del proceso.

Palabras clave: Mediación social. Conocimiento local. Conocimientos técnicos y científicos. Desarrollo rural.

INTRODUÇÃO

Os significados do termo desenvolvimento ou, especificamente, desenvolvimento rural, de maneira geral, podem ser desdobráveis de modo infinito. Geralmente, alicerçados de maneira difusa nas disputas pelo domínio das direções políticas de transformação social e enraizados em alguns mitos estruturantes da sociedade ocidental moderna, são aludidos à equidade social e a padrões mais

justos de redistribuição e de acesso a bens e recursos públicos, configurando, no atual contexto político, alternativas de exercício de cidadania ou reparação de injustiças acometidas no meio social. Em consequência, a representação de desenvolvimento rural baseia-se na ideia de que os meios para a redistribuição devem ser definidos com base a produzir melhorias nas condições de vida e de reprodução econômica de segmentos populacionais específicos.

Em torno das ações para o desenvolvimento, neste caso, especificamente falando em desenvolvimento rural, dois mundos dotados de culturas, universos de significações e sentidos distintos entram em contato, quando duas configurações de representações opostas se confrontam. De um lado, as representações dos destinatários, as populações-alvo, de outro, a configuração de representações das organizações que trabalham com projetos e programas de desenvolvimento e seus operadores (SARDAN, 1995).

Através das tentativas de transferência de saber-fazer, estes dois conjuntos de significações entram em relação, gerando um confronto entre os conhecimentos técnicos (provenientes de um sistema de conhecimentos originado da tecnociência³) e os conhecimentos locais, podendo estes ser técnicos ou não. Os conhecimentos técnico-locais constituem estoques de conhecimentos pragmáticos, operacionais para os agricultores, que cobrem todos os domínios da prática social: da gestão à pedologia, da climatologia à saúde, etc. (SARDAN, 1995).

Estes conhecimentos permitem interpretar as práticas e torná-las significantes. Para isto, são variáveis, múltiplos, heterogêneos e desigualmente distribuídos, segundo o sexo, a idade, o estatuto, o meio social próximo, a trajetória pessoal. Eles se transformam, evoluem e não são, por conseguinte, somente conhecimentos 'tradicionais'. Incorporam aquisições de contatos anteriores tanto com os agricultores vizinhos como com os conhecimentos técnico-científicos. Contrário à ideia de que conhecimentos locais são equivalentes à tradição e à rotina,

³ Conceito utilizado na comunidade interdisciplinar de estudos de ciência e tecnologia para designar o contexto social e tecnológico da ciência. De acordo com Latour (1987), a tecnociência desenvolve-se pela progressiva construção de fatos científicos cuja verdade ou adequação é dada como certa para os que as utilizam como ponto de partida para outros estudos, mas cuja natureza problemática pode sempre ser ressaltada quando examinadas em suas origens. Este termo "tecnociência" foi criado pelo filósofo belga Gilbert Hottois em fins dos anos 1970 e é bem usual nos textos do filósofo francês Bruno Latour.

destaca-se, frequentemente, o caráter de inovação dos conhecimentos locais (SARDAN, 1995).

Esse dinamismo dos conhecimentos não se refere somente ao meio natural, mas também ao meio social, aos poderes políticos locais, ao saber-fazer adquirido através dos trabalhos de intervenção de organizações voltadas ao desenvolvimento local. É importante destacar que durante os processos de contato e interação desses conhecimentos, quando são postos em marcha projetos e programas voltados ao espaço rural, se estabelece uma dinâmica que faz emergir uma série de heterogeneidades, especialmente considerando que se ampliar conexões entre os diversos atores sociais e, conseqüentemente, entre seus repertórios cognitivos.

Neste contexto, o exercício da mediação apresenta instrumentos de aplicação e formas de objetivação muito diversas, as quais permitem a interligação de mundos diferenciados e pressupõem a ruptura com o modo de pensar e se comportar tanto de mediadores quanto de mediados (DEPONTI; ALMEIDA, 2008).

O mediador reporta-se à figura que assume o papel de estabelecer a ponte entre as diferentes partes e, muitas vezes, divergentes, com o objetivo de solucionar conflitos e obter conciliação entre os distintos grupos com diversos interesses. O mediador é um agente externo ao grupo mediado, que raramente domina de forma integral, os códigos estabelecidos pelos mediados em suas ações. O mediador só existe interligado a uma rede de relações que lhe confere tal *status* (OLIVEIRA, 2004).

Por outro lado, se pode evidenciar uma série de problemas que vão surgindo quando a formação desses atores responsáveis pelo exercício da mediação se organiza articulada a uma realocação de princípios políticos e morais, o que faz com que o termo mediação perca alusão a processo dialético-social, para ressaltar aspectos mecanicistas. Estes problemas independem da vinculação dos mediadores, ou seja, podem estar vinculados a organizações não governamentais, associações de agricultores, instituições de extensão rural ou pesquisa, empresas, universidades, igrejas, sindicatos, ou outros..

Dessa maneira, é possível verificar a expressão de limites neste processo de encontro entre os conhecimentos, e até mesmo a sobreposição de interesses e influências da tecnociência aos costumes e práticas locais. Com base na literatura sobre o tema e à luz de um debate teórico recente, este artigo busca contribuir com o avanço na compreensão de aspectos referentes à mediação social, tomando como

relevante as situações de interface⁴, que podem ser identificadas no encontro do conhecimento local (agricultores familiares) com o técnico-científico (mediadores sociais). Deste modo, se estará evidenciando algumas incongruências e congruências existentes no processo de mediação que envolve técnicos e agricultores, sublinhando que a análise de situações de interface pode evitar simplificações sobre o processo.

Para isso, primeiramente será realizada uma breve exposição sobre as contradições e ambiguidades existentes nos processos de mediação social, o papel desempenhado pelos mediadores sociais bem como as limitações desse papel; num segundo momento, enfatiza-se uma das dificuldades que se apresenta no processo de mediação, que é a compreensão mútua entre mediador e mediado, por conta das distintas visões de mundo que constroem; na sequência, é trazida a discussão referente à elaboração de projetos heterogêneos, constituídos por conhecimentos locais e técnico-científicos, e sua importância na construção de distintas faces do desenvolvimento rural. Finalmente, são tecidas algumas considerações finais.

CONTRADIÇÕES E AMBIGUIDADES NOS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO SOCIAL

Como o comportamento dos grupos inseridos em esferas de discussões “para o desenvolvimento” é sempre o resultado de uma pré-compreensão simbólica do mundo social, todos os atos de conhecimento pressupõem, necessariamente, mediações, ao mesmo tempo constitutivas da construção e da reconstrução da vida social. Assim sendo, tanto a análise que reivindica o caráter de ciência como aquela consagrada pelo senso comum são necessariamente desenvolvidas conforme contextos de significações (NEVES, 2008)

O termo mediador abrange ações de indivíduos dotados de posição ou função, segundo atribuições definidas em campos específicos de significação; destacando as condições de interconexão tanto entre segmentos como universos sociais, contribui intencionalmente na reordenação e transformação da vida social.

Nesta visão, pode-se pensar em modos personalizados ou formais de mediação, segundo estruturas de poder e dominação. Assim sendo, a mediação é

⁴ As situações de interface são definidas como pontos críticos de intersecção entre diferentes sistemas, campos ou domínios sociais, nos quais tendem a se encontrar descontinuidades segundo diferenças de valores e interesses (LONG; PLOEG, 1989)

reivindicada como tarefa técnica, inerente à dominação formal-legal, desencadeando uma divisão social do trabalho, entre dois “seres sociais” (instituições que objetivam políticas e programas públicos, por um lado, e, por outro, reais ou potenciais beneficiários, construídos para essa interdependência), intermediada por um terceiro “ser social”, o mediador.

De acordo com Sardan (1995), o desenvolvimento em forma operativa levado através de serviços técnicos ou por meio de “projetos” transita por agentes de desenvolvimento, que constituem a interface incontornável entre um “projeto” e os seus “destinatários”. Todos os agentes de desenvolvimento para além das suas competências técnicas extremamente diferentes oferecem algumas características comuns. É por eles que as instituições de desenvolvimento, que são os seus empregadores, passam para se dirigir aos destinatários do desenvolvimento. São eles quem devem fazer passar a “mensagem técnica” às comunidades ou que são encarregados, de maneira mais geral, de “sensibilizar” ou “conscientizar” essas comunidades.

Segundo Sardan (1995), os agentes de desenvolvimento têm de assumir uma tripla função permeada de contradições e de ambigüidades, quais sejam: a defesa dos seus próprios interesses pessoais; a defesa dos interesses de sua instituição; e a mediação entre os diversos interesses dos outros atores e das facções locais. Através desta “missão impossível”, o agente de desenvolvimento aparece como um ator bastante específico da arena local.

Por meio dos mediadores ou agentes de desenvolvimento é que as instituições de desenvolvimento passam a se dirigir aos mediados. Neste processo não são simplesmente conhecimentos que se confrontam ao redor de uma operação de desenvolvimento, mas também comportamentos, práticas, interesses, lógicas e estratégias respectivas, múltiplas, diversificadas, ambíguas e flutuantes.

Os mediadores devem passar as mensagens técnicas, sensibilizar e conscientizar os agricultores, tudo ocorrendo como se estes agentes de desenvolvimento fossem ou devessem ser transparentes realizando uma transmissão de conhecimentos, o que na verdade não ocorre.

Sardan (1995) destaca como hipótese central que o agente de desenvolvimento tem uma dupla função, a de “porta-voz” dos conhecimentos técnico-científicos e a de mediador entre estes conhecimentos técnico-científicos e os conhecimentos populares.

Este duplo papel apresenta-se contraditório à medida que, de um lado o agente de desenvolvimento deve exaltar os conhecimentos técnico-científicos contra os conhecimentos populares, e do outro deve emparelhar um ao outro. Na medida em que as instituições de desenvolvimento atribuem oficialmente ao agente de desenvolvimento só um dos papéis, esta contradição é encoberta. Considerando-o, sobretudo, porta-voz dos conhecimentos técnico-científicos, o formam para tal efeito, não atribuindo a este condições de mediar diferentes conhecimentos.

Como afirma Sardan (1995), o papel esquecido ou ocultado de “mediador” parece extremamente adequado à sua função real, se lembrarmos de que é o agente de desenvolvimento que deve operar a transmissão de uma mensagem técnica (procedente do discurso cosmopolita) num sistema de significações próprias a uma população rural específica.

Não nos enganemos: os agentes de desenvolvimento, como os que os empregam, não são necessariamente conscientes deste papel de mediador, na medida em que é precisamente o seu papel de porta-voz que sempre é posto em evidência e tanto mais que este papel sempre é definido e legitimado por uma “competência técnica” (no campo do saber técnico-científico). É de resto à aquisição desta competência que a sua formação é quase totalmente consagrada, por mais insatisfatório que possa parecer frequentemente o conteúdo desta formação. Não seria questão de negar, bem pelo contrário, a necessidade de uma competência técnica. É de resto esta competência que dá ao agente de desenvolvimento a sua legitimidade sobre o terreno, ou que deveria dar-lhe. Esta competência é, às vezes, incerta, o que as populações não ficam sem perceber. Mas trata-se de constatar a necessidade igualmente imperiosa de uma outra competência, que não lhes é fornecida. Na quase totalidade dos casos, os agentes de desenvolvimento não aprenderam a ser mediadores entre dois sistemas de conhecimentos, em especial porque a sua competência técnica foi construída sobre uma degeneração e uma rejeição dos conhecimentos populares.

O fato de os agentes de desenvolvimento não serem capacitados para a “real” função de mediação, faz com que a desempenhem de maneira imprópria ou unilateral. No entanto, de acordo com Neves (2008), de qualquer modo, a mediação ocorrerá, em boas ou más condições, com os seus equívocos e seus deslizes ou desvios de sentidos. As citações do discurso técnico-científico passadas pelos

mediadores serão inelutavelmente reinterpretadas pelo agricultor no interior do seu próprio sistema de conhecimentos e de sentidos.

Verifica-se, na maioria das vezes, é que os mediadores acabam por valorizar a transmissão de saber para assegurar a viabilidade da instituição que representam ou a defesa da posição que ocupam num determinado campo de disputas, para isso, reivindicam para si a integração de segmentos sociais através da adaptação e da aculturação sustentadas na sua capacidade de tradução em dupla direção. Estes, segundo Neves (1997, p. 281),

tendem a atribuir a si um papel salvador ou emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado. Muitas vezes a experiência de vida acumulada pelos mediados é negada e desqualificada, sobre ela recaindo acusações de conivência ou colaboração com as situações indesejadas que devem ser superadas.

Os agricultores, por outro lado, tentam reordenar os objetivos da instituição aos seus interesses e saberes mais imediatos, viabilizando a objetivação de suas expectativas, valores e pontos de vista. Desta maneira, soluções são determinadas a certos problemas, não porque naturalmente são as melhores, mas porque determinados atores sociais munidos de certo poder incorporam a sua existência neste tipo de solução. Um bom exemplo disso é a ação, de muitos profissionais, de forma técnica em quesitos sociais.

Como afirma Neves (2008), estes atores se encarceram e se perdem em suas especificidades, sem conseguir efetivar o exercício de mediação, que pressupõe e reproduz a construção de identidades e do distanciamento social.

Pois, a identidade não caracteriza um estado de isolamento, é uma construção evolutiva que vem dar o sentido a uma relação ou a um conjunto de relações. A identidade é construída nas relações com os outros, que podem estar dentro ou fora de seu grupo social; Estes diferentes níveis de mediação ou tradução resultam em formas bastante diferenciadas de atuação dentro de um determinado ambiente.

Segundo Sardan (1995), é possível perceber que mesmo dentro das comunidades rurais ou nas instituições de extensão há diferentes tipos de mediadores, pois o processo de mediação vai além de uma concepção simplista de “tradução”. A mediação não se reduz a um simples exercício de pesquisa do termo

equivalente de uma língua natural à outra, é também o relacionamento de campos semânticos distintos, de diferentes maneiras de recortar ou pensar a realidade.

Assim, mesmo fazendo parte da mesma comunidade lingüística, ocorre a confrontação de sistemas de sentido diferentes entre os próprios técnicos ou agricultores.

DOIS UNIVERSOS, DUAS LINGUAGENS E AS MUITAS HETEROGENEIDADES

De acordo com Sardan (1995), os universos de linguagem das populações 'em desenvolvimento' (que o autor evoca sob a denominação de 'linguagem local') e o universo de linguagem das instituições de desenvolvimento (ao qual ele chama de 'linguagem-desenvolvimento') frequentemente não comunicam. Onde esses universos entram em contato, no nível dos projetos de desenvolvimento, a linguagem-desenvolvimento, sob a forma específica da linguagem-projeto, serve essencialmente para a reprodução dos projetos sem penetrar na linguagem local.

A "linguagem-desenvolvimento" está consolidada aos agentes, instituições e operadores de desenvolvimento, isto é, consolidada à "configuração desenvolvimentista". Tal linguagem entra em contato, porém, não penetra nas "linguagens locais". Forma-se, portanto, de acordo com Sardan (1995), o paradoxo da linguagem-desenvolvimento que é dirigida aos desenvolvidos, mas que só concerne aos desenvolvedores.

Alicerçada a este fato está a importância da significação que a "linguagem-desenvolvimento" alcança quando entra em contato com a "linguagem local".

Pode-se entender que a forma que coloca a "linguagem-desenvolvimento", quando ela se torna operacional e encarnada numa instituição, em contato com as populações locais é o que se poderia denominar de "linguagem projeto", enquanto que a forma a tornar privilegiada a ação desenvolvimentista é o Projeto.

O Projeto é um subproduto específico e particular da configuração desenvolvimentista, que o que lhe atribui uma determinada linguagem. Como afirma Sardan (1995), cada projeto tem sua linguagem-projeto, que é um produto específico e particular da linguagem-desenvolvimento ou de tal ou tal de seus dialetos.

A linguagem-projeto é a forma através da qual a "linguagem-desenvolvimento" se expressa. Pode ser utilizada em documentos escritos próprios do projeto, reuniões da organização do mesmo, sessões de formação dos seus agentes entre

outras, além de ser útil na comunicação com a linguagem local, o que também pode ser verificado quando o projeto em questão assume uma roupagem “participativa” perante aos atores locais.

Enfatizando a problemática da mediação social no funcionamento de alguns projetos de desenvolvimento, Sardan (1995) aponta que tudo se passa como se houvesse três esferas que entram em interseção definindo o projeto. Uma é a organização-projeto (seu pessoal, seus escritórios, sua logística, seus fluxos financeiros), a qual é superdimensionada e muito dispendiosa em relação ao *output* para as populações locais. A segunda esfera é a linguagem-projeto, onipresente, que gira sobre si mesmo, com menos impacto ainda sobre as populações locais que a organização-projeto ela mesma. Enquanto a terceira esfera é feita de avaliações e permite a visualização da evidência de que está em jogo a reprodução do projeto: seu financiamento, seu prolongamento, sua transformação, sua extensão, sua sobrevivência. A linguagem-projeto não desempenha nenhum papel funcional nas relações entre a organização-projeto e a população local compreendida. Não há nenhum impacto popular e não penetra na linguagem local.

No processo de mediação não são simplesmente conhecimentos que se confrontam ao redor de uma operação de desenvolvimento, mas também comportamentos, práticas, interesses, lógicas e estratégias respectivas, múltiplas, diversificadas, ambíguas e flutuantes.

Compreender as lógicas de ação do grupo, conhecer as diversas forças presentes numa localidade, analisar as capacidades do grupo, analisar questões políticas, econômicas e simbólicas locais demanda uma escuta e um saber-fazer.

A percepção de que o mundo rural refere-se a todo um tecido social e mesmo econômico compreendendo um conjunto das mais diferentes atividades desenvolvidas pelos diferentes povos que ali vivem trata-se de uma tarefa árdua no processo de mediação.

Além disso, não se pode esquecer que muitos destes mediadores pertencem às instituições governamentais e a maior parte dos governos permanece cautelosa em relação a correr o risco de abrandar a tendência no sentido da expansão econômica ou aceleração da rotação da produção.

A produção de certas equivalências fundamentais à produção de determinados consensos e códigos comuns, constituintes do espaço social da mediação entre diferentes segmentos deve ser considerada. Desta forma, é

necessário ampliar a compreensão sobre mediação que segundo Neves (2008, p. 30),

refere-se à objetivação de sistemas de regulação instituídos para reduzir a dissonância entre visões de mundo e formas de comportamento de distintos segmentos constitutivos das sociedades complexas.

Atualmente, os termos mediação e mediador têm sido valorizados como qualificação de modalidade de prestação de serviços; ou como método de intervenção social.

Neves (2008) defende que também mais recentemente os termos são utilizados para qualificar todo um vasto campo de conexões inter-individuais, correspondente, frequentemente, a modos não contenciosos de regulamentação de litígios, porém sob a égide de um agente escolhido ou posto sob a égide de um agente escolhido ou interposto às partes, encarregado de propor ou fazer emergir uma solução ao litígio que, todavia, as partes são livres para aceitar. Por estas ações interindividuais, diversas operações vinculadas aos objetivos atribuídos a instâncias institucionalizadas do Estado vêm sendo colocadas em prática, abrindo um campo específico para qualificação do exercício de diversas profissões⁵. Deste modo, é possível pensar tanto em maneiras personalizadas como formais de mediação, de acordo com diferenciadas conformações de poder e dominação.

Assim, coloca-se em jogo duas acepções de poder: o dos grupos estratégicos heterogêneos e os centros locais de poder e posições particulares de poder instituído, que como averiguado por Sardan (1995), forma uma arena, que não é nada mais do que um lugar de confrontações concretas de atores sociais em interação. Qualquer projeto de desenvolvimento aparece como um jogo, no qual cada um joga com cartas e regras diferentes. Que é um sistema de recursos e de oportunidades em que cada um tenta se apropriar a sua maneira.

Logo, um projeto de desenvolvimento rural não se trata de uma arena neutra, pelo contrário, trata-se de fortes conflitos entre os grupos estratégicos⁶. As instituições de desenvolvimento sempre foram e continuam vinculadas a um projeto

⁵ Mormente as vinculadas aos sistemas jurídicos e de segurança pública; ou de intervenção promocional de beneficiários concebidos como excluídos.

⁶ Grupos estratégicos aparecem como agregados sociais mais empíricos que defendem interesses comuns. Esta noção é essencialmente de ordem empírica e metodológica, ela supõe que numa coletividade dada, todos os atores não têm nem os mesmos interesses, nem as mesmas representações e que, segundo os problemas, seus interesses e suas representações agregam-se diferentemente, mas não importa como (SARDAN, 1995).

de desenvolvimento. Seus agentes possuem competências técnicas e domínios de intervenção no desenvolvimento rural.

Esforços têm sido feitos para refletir sobre as mudanças sociais entre os agricultores e sobre propostas para uma nova agricultura, menos subordinada ao mercado e aos pacotes tecnológicos, ou seja, a noção é de que é necessário avançar em construções mais complexas que se desprendam da visão unicamente economicista. Isso pressupõe transformações nos modos de pensar, tanto dos pesquisadores, como dos agentes ou organizações de fomento ao desenvolvimento, assim como dos agricultores. Entende-se que, neste processo multifacetado de transformação, um dos pilares deve ser o reconhecimento dos saberes constituídos sob perspectivas distintas. Neste sentido, está em aberto o estabelecimento de um processo de mediação que propicie a articulação entre a elaboração e a objetivação de proposições, que visem reorientar tendências e minimizar os efeitos de privilégios no controle de recursos econômicos. Este é um processo de mediação que emerge do reconhecimento do saber-fazer dos agricultores, mas também no estabelecimento de dinâmicas que favoreçam a troca de conhecimentos com os atores e organizações encarregadas da produção especializada de conhecimentos técnico-científicos.

ENTRE AS SITUAÇÕES DE INTERFACE É QUE SURGE UM NOVO PROJETO

Muitas vezes, dos interesses e objetivos incongruentes entre o mediador social e o agricultor surge a possibilidade de transformações nas percepções e metas de ambos, fazendo das situações de interface processos importantes no estabelecimento de relações sociais e na construção compartilhada de significados.

Em se tratando de projetos que pressupõem rupturas com modos de pensar e de se comportar, tanto dos pesquisadores, como dos técnicos da difusão ou extensão rural e dos agricultores, um dos seus sustentáculos é o reconhecimento de saberes constituídos sob outras perspectivas, portanto, um processo de mediação que propicie a articulação entre a elaboração e a objetivação de proposições que visem a reorientar tendências e minimizar os efeitos de privilégios no controle de recursos econômicos. Processo de mediação que se ancora no reconhecimento do saber-fazer dos agricultores e na troca de conhecimentos com instituições

encarregadas da produção especializada de saberes técnicos e científicos (NEVES, 2008).

Nesse sentido, é importante ressaltar que das práticas da vida social cotidiana, envolvendo as estratégias dos atores, das manobras, dos discursos, das lutas, distintas identidades, situações de interfaces, emerge um emaranhado de ações e relações sociais que tanto demandam conhecimentos, como geram processos de aprendizagem. Assim, desde a internalização até a reconstrução de conhecimentos, é fundamental reconhecer que há uma multiplicidade dos atores envolvidos, uma diversidade de fontes, de tipos de conhecimento e das informações disponíveis, e que todos estes elementos contribuem para dar origem aos denominados projetos heterogêneos.

Partindo do pressuposto que diferentes agricultores desenvolvem, ao longo do tempo, planos e práticas específicas para a organização de sua atividade agrícola, muitas vezes esses planos (os quais resultam em modelos de ação) são, de certo modo, respostas a projetos formulados por outros atores sociais, como, por exemplo, os projetos de desenvolvimento do Estado para a agropecuária ou o projeto de “modernização” da agricultura, centrado na especialização produtiva, na intensificação e no aumento de escala dos cultivos e criações, os quais são considerados como modelos universais.

Esses projetos entram em luta com o projeto dos agricultores dentro das arenas, configurando a noção de “articulação de projetos”, sendo nessa ação abandonadas as estratégias, os recursos, um repertório de discursos e os modos de argumentação na busca da hegemonia. Essa disputa entre projetos produz um gradiente de filiação às práticas sociais de cada projeto sendo um dos promotores da diversidade no rural, a qual pode ser visualizada em aglomerados de estilos específicos de agricultura, cada qual possuindo uma maneira específica de execução dos projetos dos agricultores.

Os projetos e práticas dos agricultores e mediadores sociais podem se inter-relacionar de maneiras variadas – tanto nas conceituações que suportam os projetos como em sua aprovação. Através dessas inter-relações altamente variáveis, entre projetos que mediadores e intervencionistas manifestam, é que projetos particulares se tornam efetivos e múltiplas formas sociais são produzidas, reproduzidas e transformadas. São essas combinações e disputas de interesses, heterogeneidades

múltiplas, e ações, que resultam em projetos que se constroem e reconstroem dinamicamente.

O mais interessante a mencionar é que esses projetos, muitas vezes, são criados como espaços de manobra que possibilitam diversos graus de acomodação dos agricultores com relação às adversidades que se apresentam em seu cotidiano. Esses espaços podem levar os agricultores a alcançar o intuito de obterem maior autonomia, construir conexões com outros atores sociais e redes sociais, já que os conhecimentos, quando articulados em projetos heterogêneos, são oriundos de diversos atores sociais, locais ou não, o que favorece a realização de encontros e desencontros de horizontes entre eles, e entre eles e projetos de apoio técnico.

Deste modo, o que se pretende provocar é um repensar do papel dos agricultores, em especial, na extensão rural. Esse repensar passa pelo entendimento de que são relevantes suas iniciativas, muitas vezes, autônomas e resistentes, e que são elas que acabam por incidir diretamente na configuração do espaço social e material, provocando adaptações, recriações e transformações no rural por meio da criação desses projetos heterogêneos.

Ao considerar a riqueza e dinamismo destes processos, observa-se um cenário onde estão imersas constantes transformações do espaço rural e das práticas nele desenvolvidas. Neste cenário, é que são abertos espaços e condições sociais e técnicas favoráveis a ações inovadoras em curso nos espaços rurais, modificações ou quebras em rotinas existentes dotadas de potencial para promover melhorias nas rotinas existentes, relacionadas diretamente com processos diferenciados de desenvolvimento rural, mais localizados, que abrem favorecem a valorização dos conhecimentos locais e, gerando re-arranjos em relações sociais e de trabalho e constituindo processos de aprendizagem, além de proporcionar novas formações de sentido para o termo desenvolvimento rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou enfatizar limitações do processo de mediação social que ocorre entre os agentes de desenvolvimento e populações “beneficiárias”, contudo, enfatiza-se a importância da transformação em tais processos, entendendo que são relevantes quando há pretensão de estabelecer uma dinâmica de desenvolvimento rural. Neste sentido, se está propondo que, para analisar o processo de mediação,

há que se considerar a heterogeneidade dos conhecimentos e as relações de poder que permeiam as relações entre mediados e mediadores.

Por outro lado, considerando a realidade encontrada no rural, se verificar que os projetos de desenvolvimento levados pelos mediadores ainda são moldados pelas organizações que representam ou para as quais trabalham. Assim, tais agentes acabam por assumir, a função de porta-vozes de saberes técnico-científicos, desconsiderando a riqueza da interação dos seus conhecimentos com os saberes constituídos sob as perspectivas dos mediados.

De fato, a mediação tem exigido a construção, o aperfeiçoamento e o fortalecimento de abordagens inovadoras de trabalho dentro de uma visão crítica e democrática que considere os mediados como sujeitos atuantes das ações de desenvolvimento; e esta transformação assume um caráter complexo relacionado ao fato de que a mediação enfrenta uma grande barreira constituída pela diferenciação de universos e, portanto, de linguagens. A idéia de desenvolvimento rural dos mediadores não necessariamente propicia a interlocução entre diferentes partes, uma vez que a linguagem de configuração desenvolvimentista é ainda bastante presente e não penetra nas linguagens locais, o que dificulta ainda mais a interação dos mediados.

Diante disso, se faz necessário avançar na reflexão sobre o caráter e o papel das organizações de fomento ao desenvolvimento, especialmente, tomando como relevante o estabelecimento de diferentes metodologias para diagnósticos e elaboração de seus projetos, que finalmente considerem que a relação entre mediados e mediadores trata-se de um processo de construção de saberes, baseada no princípio e na prática da participação.

REFERÊNCIAS

DEPPONTI, C. M.; ALMEIDA, J. Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3; ENCONTRO DA REDE RURAL, 3, 2008, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Editora da UFCG, 2008.

LATOUR, B. **Science in Action**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n.3/4, 1989.

NEVES, D. P. **As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno**. São Paulo: [s.n], 1987.

NEVES, D. P. **Engenho e arte**. 1988. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NEVES, D. P. O associativismo e a imposição do agricultor solidário. In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 2, 2005, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2005.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Angela D.; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1998, p. 147-168.

NEVES, D. P. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Niterói: EDUFF, 1997.

NEVES, D. P. Voluntariado filantrópico: humanismo salvador e gestão social. **Revista de Ciências Sociais**, Ceará, v. 34, p. 31-48, 2003.

OLIVEIRA, V, L. **A impossível simetria: distinção, dependência e poder na relação entre agricultores e mediadores sociais.** 2004. 207 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SARDAN, J. O. **Anthropologie et développement-essai em sócio-anthropologie Du changement social.** Karthala, 1995.

Artigo:

Recebido em: 16/05/2011

Aceito em: 24/04/2012